

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVI • Nº 461 • Brasília-DF • Dezembro 2023

Povo Xetá: separados pela colonização, unidos pelo sonho de voltar ao território

Entre as décadas de 1940 e 1960, colonizadores, mediante apoio do Estado brasileiro e do Paraná, usurparam a terra Xetá; até hoje, os indígenas lutam para reconquistar o território

Páginas 10, 11, 12 e 13

“O Cimi desde o início tem como fundamento essencial na sua atuação a inculturação, viver a vida para o outro, respeitar seu modo de vida, ouvir mais do que falar, compartilhar, fazer junto”, afirma Alcilene Bezerra, vice-presidente da entidade missionária, em entrevista exclusiva ao Porantim

Páginas 6 e 7

Congresso Nacional ataca povos indígenas e rompe pacto constitucional

“Como nação democrática, precisamos assegurar o mínimo dos direitos aos povos indígenas, sendo o primeiro e primordial a garantia de seus territórios e do bem-viver, na forma da Constituição. Ao cuidar dos povos indígenas estamos a cuidar da Casa Comum e, ao mesmo tempo, de todos nós”, diz CNBB, em nota

Páginas 8 e 9

Nova tragédia em meio à recorrente violência policial

Em pleno Dia dos Direitos Humanos, a Polícia Militar (PM) novamente perpetrava atos de violência contra o povo Xakriabá na Aldeia Tenda/Rancharia, no Norte de Minas Gerais, cometendo diversas ilegalidades e invadindo a área indígena sem mandado judicial. De acordo com relatos dos moradores, a intrusão da PM tem se tornado uma ocorrência frequente.

Nos dias 9 e 10 de dezembro de 2023, o povo Xakriabá foi mais uma vez alvo de violações e agressões, resultando no espancamento de indígenas e na trágica morte de Alisson Lacerda Abreu Xakriabá, jovem de apenas 25 anos, atingido por um disparo no peito.

A comunidade Xakriabá realizava, no dia 9 de dezembro, uma festa beneficente para arrecadar fundos destinados a uma cirurgia necessária para um de seus moradores, em virtude da ineficiência da política pública de saúde. Como parte do evento, a comunidade organizou leilões, comercializou produtos e arrecadou doações. A ação social foi conduzida pelas lideranças locais e seguiu os procedimentos internos, incluindo o envio de um ofício formal à polícia militar, informando sobre a atividade e solicitando garantias de segurança.

Conforme testemunhos dos presentes, a escalada de violência começou por volta das onze horas da noite, quando mulheres e jovens questionaram a abordagem agressiva da PM a um grupo de indígenas, provocando a insatisfação dos agentes de segurança. Inicialmente, os policiais utilizaram spray de pimenta, atingindo mulheres, gestantes, idosos e crianças.

Posteriormente, os policiais efetuaram disparos de arma de fogo para o alto e em direção às pessoas presentes, culminando na morte do jovem Alisson

Xakriabá. Familiares e membros da comunidade prestaram os primeiros socorros e chamaram uma ambulância – sem êxito. Diante da recusa de ajuda, transportaram o jovem atingido na carroceria de carro até o hospital mais próximo, mas, infelizmente, ele não resistiu e faleceu no mesmo dia.

Na madrugada seguinte, em 10 de dezembro, durante o Dia dos Direitos Humanos, a polícia militar voltou a perpetrar violência contra a comunidade Xakriabá. Por volta das 4 horas da manhã, cinco viaturas de outras regiões do estado mineiro invadiram a Aldeia Tenda/Rancharia, arrombando portas e agredindo os indígenas, que acordaram assustados e amedrontados sem compreender o que estava ocorrendo. Nesse momento, os policiais detiveram sete jovens Xakriabá, todos liberados na noite do mesmo dia.

Diante deste trágico episódio, é imperativa uma ação imediata e decisiva por parte das autoridades competentes para uma investigação rigorosa e imparcial dos fatos, bem como a punição dos responsáveis. É crucial destacar, conforme relatado pela comunidade, que esse tipo de ação tornou-se recorrente por parte da Polícia Militar de Minas Gerais no território do povo Xakriabá, configurando, por si só, uma grave violação à Constituição Federal e uma afronta aos direitos originários.

Exigimos que o Estado Brasileiro e as autoridades mineiras adotem medidas urgentes para proteger e garantir os direitos constitucionais do povo Xakriabá. Manifestamos nossa total solidariedade e apoio à comunidade, desejando força e resiliência para superar este doloroso momento de violência e desrespeito aos povos indígenas.

Porantinadas

Reconhecimento internacional

Durante a COP28 em Dubai, Sineia do Vale, líder indígena do povo Wapichana e representante do Conselho Indígena de Roraima, foi designada co-presidente do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas para a América Latina e o Caribe. Essa nomeação marca uma significativa conquista e destaque para os povos indígenas do Brasil em fóruns globais. Seu mandato terá início em junho de 2025, durante a Conferência do Clima em Bonn, coincidindo com o ano em que o Brasil será o anfitrião da COP30.

Tecnologia ancestral

Um novo estudo traz evidências de que a terra preta amazônica, com alto teor de carbono e nutrientes, teria sido criada intencionalmente há milhares de anos. De acordo com os cientistas, os nativos manipulavam o lixo e o fogo de maneira controlada para elevar a produtividade de alimentos. A pesquisa revela que esse solo é uma herança do manejo da terra feito pelos povos indígenas que viveram na floresta nos últimos 5 mil. Para a sua investigação, o pesquisador coletou dados através de entrevistas com anciões de aldeias amazônicas que reproduzem práticas de descarte e de queima controlada muito parecidas com as das antigas populações da região. “Essas entrevistas mostraram que eles são conscientes que estão criando terra preta e que realmente tentam fazer isso de propósito”, disse o pesquisador do estudo, Morgan Jason Schmidt. Os indícios científicos apontam que as paisagens no Brasil só existem como são hoje por ação dos indígenas, incluindo plantas que só puderam ser introduzidas na região graças à terra preta. (Informações do Brasil de Fato).

Representatividade histórica

Ailton Krenak é o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Krenak disse que ficou surpreso com sua admissão na ABL, já que, segundo ele, é uma instituição que historicamente nunca se abriu para a diversidade das culturas dos povos originários. Ailton Krenak foi eleito com 23 dos 39 votos. Ele assume a cadeira número 5. O indígena e escritor Daniel Munduruku também disputava a vaga. Krenak, nos anos 70, participou da criação da União das Nações Indígenas, primeiro movimento de expressão nacional, que enfrentou resistência da ditadura militar e também teve papel decisivo na Assembleia Constituinte, quando protagonizou um dos momentos mais emocionantes da história ao subir à tribuna para defender o direito à terra e o respeito às populações indígenas. (Informações da Agência Brasil).

POVO XAKRIABÁ



NO DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS



Quarenta anos depois de assassinado, Marçal Tupã'i ainda inspira luta Guarani e Kaiowá

Série de atividades em Dourados e Caarapó (MS) articularam memória e reflexão sobre luta por terra e direitos no Mato Grosso do Sul

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em 1983, o bárbaro assassinato de Marçal de Souza, uma liderança proeminente não só para seu povo, os Guarani e Kaiowá, mas para todos os povos indígenas do Brasil, foi um dos marcos daquele período de violência e repressão.

Em 25 de novembro daquele ano, Marçal foi morto em sua casa, à noite, por homens que fingiram buscar ajuda. O líder indígena também atuava como auxiliar de enfermagem e atendeu à porta pela última vez.

A impunidade de seus algozes e a brutalidade do ato simbolizam, até hoje, o enorme esforço empreendido pelas lideranças indígenas daquele tempo – que ousaram se levantar e se organizar coletivamente para lutar em defesa de seus territórios e de direitos dos quais sabiam ser sujeitos, mas que ainda não estavam assegurados.

Quarenta anos depois, o evento “Marçal, presente: memória do assassinato de Marçal de Souza Tupã'i”⁽¹⁾, realizado entre os dias 23 e 25 de novembro, nos municípios de Caarapó (MS) e Dourados (MS), reuniu uma série de atividades em memória do líder Guarani Nhandeva.

Depois de atividades em escolas da Reserva Indígena de Dourados e da leitura da carta do Papa Francisco⁽²⁾ aos Guarani e Kaiowá, na Aty Guasu, em Caarapó (MS), participantes de mesas de debate realizadas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) dedicaram-se a rememorar a trajetória de Marçal.

Em sua antiga residência, onde hoje vive uma de suas filhas, Édina de Souza, cantos e rezas dos nhanderu e das nhandesy – rezadores e rezadoras – Guarani e Kaiowá antecederam a instalação de um marco em homenagem à liderança histórica. Trata-se do primeiro passo do que se pretende transformar, no futuro, em um memorial dedicado a Marçal Tupã'i.

Memória

Como explica Édina, a antiga residência onde ela viveu com seu pai e o resto de sua família já não é mais a mesma. Além do local na aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados, das fotos – e, agora, do marco de madeira com uma placa homenageando Marçal –, o principal símbolo de sua presença no local é uma enorme figueira, plantada por ele.

“A casa dele ficava aqui do lado, era uma casinha simples, com teto de sapê. Mas depois que ele foi morto, ameaçaram colocar fogo. Para não passar por isso, minha mãe desman-



Foto: Tiago Miotto/Cimi

chou aquela e ergueu uma nova, com madeira de restos de construção”, diz ela.

Essa foi apenas uma das muitas renúncias a que Édina e os demais familiares foram submetidos durante os anos de perseguição a Marçal e após sua morte. Ela conta que a Polícia Militar de Antônio João (MS), onde ele foi morto, pretendia enterrá-lo como indigente.

O corpo de Marçal foi “roubado” por um de seus filhos, que o levou para a aldeia Jaguapiru, onde os familiares pretendiam enterrá-lo. Logo descobriram que isso, em meio à tutela e à perseguição dos militares, também não seria possível.

“À noite veio uma pessoa daqui da comunidade e nos falou: ‘não enterra o Marçal Tupã'i na aldeia. A liderança falou que, se enterrar ele aqui, no outro dia vai achar os pedaços do corpo dele jogados na estrada’. Por isso que nós tivemos que enterrar na cidade, para resguardar a parte física dele. Após a morte do meu pai, as ameaças continuaram”, relata Édina.

Durante as atividades em memória dos 40 anos do assassinato de Marçal, foram muitos os relatos que indicam o quanto sua atuação era incômoda para o poder agrário local, aliado aos militares que mantinham o país sob um regime repressivo.

Terra Sem Males

“Fazer memória de pessoas que deram a sua vida em favor de um povo dignifica e traz esperança”, aponta Dom Leonardo Steiner, cardeal, arcebispo de Manaus (AM) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). “A memória é sempre importante porque projeta um futuro, reaviva sonhos e faz os passos da história”.

Dom Leonardo celebrou um dos mais importantes momentos deste conjunto de atividades em memória de Marçal: a reedição da Missa da Terra Sem Males, celebrada em 1979 na Catedral de São Paulo.

A nova edição da missa histórica ocorreu na Catedral de Dourados (MS), no centro urbano mais importante de uma região marcada pela violência e pelo preconceito contra os povos indígenas.

Além de Dom Leonardo, a missa foi concelebrada pelo bispo de Dourados, Dom Henrique Aparecido de Lima. A música foi regida por Martim Coplas, compositor argentino que foi responsável por musicar a missa original, na década de 1970. →



Fotos: Tiago Miotto/Cimi

1 <https://cimi.org.br/marcal40anos>

2 <https://cimi.org.br/2023/11/papa-atyguasu>

“Reunir, ouvir todos”

Uma breve passagem registrada na 38ª edição do boletim do Cimi, publicada em junho de 1977, ajuda a vislumbrar a potência das palavras e a aguda inteligência de Marçal de Souza.

O boletim registra em suas páginas⁽³⁾ as reflexões de um momento decisivo na vida de Marçal: naquele ano, entre os dias 16 e 18 de abril, participou pela primeira vez de uma Assembleia de Chefes Indígenas, articulação nacional de lideranças indígenas no Brasil, em plena Ditadura.

Seu primo-irmão, Nenito Guarani, havia participado das primeiras reuniões, que iniciaram em 1974, incentivadas pelo Cimi. Chegou a ser proibido de frequentar a Reserva Indígena de Dourados e preso. As perseguições sofridas por Nenito, contudo, não foram suficientes para dissuadir Marçal.

Em 1977, a Assembleia estava em sua 8ª edição, realizada nas ruínas de São Miguel – local simbólico das reduções jesuíticas e parte significativa na história dos povos Guarani. Lá, Tupã'i compartilhou suas reflexões:

“Chegou a hora de nós levantarmos a voz pela sobrevivência da nossa gente, que antigamente foi um povo feliz, um povo despreocupado. Somos um povo que já teve pátria e que não tem mais pátria. Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoal lá de cima, que dizem que nós temos direitos. Nós temos direito no papel, mas onde está a realidade?”, questionou o líder Guarani e Kaiowá.

“Eu estava querendo fazer verão sozinho, mas como diz o ditado: ‘Uma andorinha só não faz verão’. Chegou a hora em que nós sozinhos não conseguiremos fazer nada. Precisamos nos unir braço a braço e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados.

Chegou a um ponto que nós, os índios, devemos tomar a rédea do governo indígena, e esse é o caminho certo: a assembleia, reunir, ouvir todos”, concluiu, conforme registra o Boletim do Cimi de junho daquele ano.

O despertar de Marçal – e de lideranças indígenas de todo o país – para a importância da organização política, coletiva, mesmo em meio a um regime autoritário, foi determinante para os rumos do movimento indígena e para a fundação da primeira organização indígena nacional. A União das Nações Indígenas (UNI) seria fundada três anos depois e teria Marçal como seu primeiro vice-presidente⁽⁴⁾.

“Na época, a perspectiva era a integração. Um amigo nosso, antropólogo, dizia: toda integração se baseia na desintegração. Ou seja, o indígena precisa ser desintegrado de seu povo para se ‘integrar’ à sociedade”, relembra Egidio Schwade, um dos fundadores do Cimi – e um dos articuladores das Assembleias de Chefes Indígenas nas décadas de 1970 e 1980.

Egidio foi uma das pessoas que se deslocaram a Dourados e Caarapó nesta semana dedicada a lembrar a trajetória e a luta de Marçal de Souza. Ele considera que este momento de articulação e reflexão foi importante, também, para que a própria Igreja católica revisse sua posição em relação aos povos indígenas.

“Acredito que foi muito importante esse começo dos indígenas e da Igreja, mudando sua perspectiva: não mais integrar pela catequese, mas apoiar a sua luta por direitos”, resume Egidio.

“Marçal foi atrás dos povos indígenas que nós tentamos organizar nas assembleias. O Cimi, quando chegou – e isso talvez seja um dos seus merecimentos – não sabia o que fazer. ‘Então vamos perguntar aos índios’”, complementa Paulo Suess. “Sempre saímos iluminados dessas assembleias dos povos indígenas”.

Impunidade

Na atividade realizada na UFGD, depois da abertura com as rezas Guarani e Kaiowá, a primeira mesa foi formada por Édina de Souza e Jorge Pirakua. “O que eu fico revoltado”, pontuou Jorge, depois de uma longa digressão em Guarani, “é que, quarenta anos depois, ainda não houve uma investigação séria”.

“O índio vale menos que o não índio?”, questionou a liderança. “Eu já falei no Campestre, já falei no Pirakua, e nunca ninguém disse: ‘eu vou te dar a resposta do porquê não houve justiça’. Por isso fico revoltado. Temos que mudar a política!”

Os dois territórios, aldeia Campestre e Pirakua, onde vive Jorge, são parte da última etapa da vida de Marçal: foi na sua casa no Campestre – para onde se mudou depois de ter sido expulso da Reserva de Dourados – que ele foi assassinado; e foi por apoiar a luta das famílias do Pirakua, tekoha próximo à aldeia onde vivia, que ele passou a ser ainda mais ameaçado por fazendeiros interessados em desarticular a resistência dos indígenas e se apropriar definitivamente de suas terras.

Hoje, a Terra Indígena (TI) Pirakua está regularizada, demarcada com 2.384 hectares. A aldeia Campestre, por outro lado, é parte da TI Nãnde Ru Marangatu, que chegou a ser homologada com 9.317 hectares. A homologação, contudo, encontra-se suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), e aguarda análise de recurso dos indígenas.

Anistia

Outro importante momento foi a assinatura do pedido de anistia política para Marçal de Souza, feito pela sua família e pelo Ministério Público Federal (MPF). O pedido⁽⁵⁾ tem como propósito reparar parte dos prejuízos causados à família de Marçal de Souza pela perseguição praticada por agentes do Estado contra ele.

“Marçal foi permanentemente monitorado. Até na missa de sétimo dia, após sua morte, todas as falas foram transcritas pelo Serviço Nacional de Informação [SNI]”, aponta o procurador da República Marco Antônio Delfino, responsável pelo pedido”.

“É importante o reconhecimento histórico e a reparação à família, especialmente pelo fato de que ele era servidor da Funai. Isso também mostra o descaso que o Estado teve com sua proteção. O mesmo estado que monitorava o Marçal foi incapaz de protegê-lo”, resume Marco Antônio.

A solicitação foi entregue simbolicamente ao diretor do Departamento de Línguas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Eliel Benites.

Futuro

Os diversos momentos voltados a lembrar a trajetória e a luta de Marçal serviram, também, para refletir e projetar o futuro da luta Guarani e Kaiowá.

“Hoje, Marçal Tupã'i nos inspira a seguir em luta pelos nossos direitos e territórios. Territórios que, quando reconquistamos, estão devastados pelo agronegócio”, afirma Édina.

Seu nome Guarani – Kmhã Apyka Rendy'i, que ela traduz ao português como “aquela que traz a luz do conhecimento” – e seu trabalho como professora também apontam uma esperança na apropriação do sistema de ensino ocidental, com a educação formal e o ingresso nas universidades.

“Hoje, novos líderes estão levantando com mais poder e discernimento”, resume Édina. “Nós conquistamos esses espaços. Novos líderes e novos parceiros estão surgindo, e essa massa vai se fortalecendo e um dia vamos retomar todos os nossos territórios”.

“Por isso, nós, povos indígenas, ainda temos a esperança de que ainda vamos fazer o V da Vitória contra o governo e todo esse sistema que nos tirou a nossa terra”, reflete ela.

“O agronegócio é muito forte”, pondera a Guarani Nhandeva. “Nos mata, mata nossos líderes e jovens como se fossem animais. Mas hoje, quarenta anos depois, como filha de Marçal, digo que ele não morreu. Ele continua vivo, como exemplo e como espírito, para nos guiar nesta luta”.

3 <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=21305>

4 Benedito Prezisa. **Marçal Guarani: A voz que não pode ser esquecida**. Editora Expressão Popular, 2006



Marçal, presente: memória dos 40 anos do assassinato de Marçal de Souza Tupã'i



5 <https://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/em-conjunto-com-familia-de-marçal-de-souza-mpf-requer-anistia-politica-do-lider-indigena-assassinado-ha-40-anos>



De Marçal a Dorvalino: um caminho para a punição dos assassinatos de lideranças indígenas

Poucos dias depois do assassinato de Marçal completar quatro décadas, enquanto sua trajetória de vida e de luta eram lembradas em Dourados (MS), outro importante acontecimento tinha lugar a 450 quilômetros dali, em Presidente Prudente (SP): o júri dos acusados pelo assassinato de Dorvalino Rocha, importante líder Guarani e Kaiowá morto em 2005⁶.

A vida e a morte de Dorvalino guardam relação direta – e algumas coincidências – com a vida e a trágica morte de Marçal. Dorvalino foi assassinado em 2005, num dia 24 de dezembro, mesma data de nascimento de Marçal. Ambos foram assassinados no município Antônio João (MS). Ambos eram primos.

E, mais importante: ambos foram assassinados a mando de fazendeiros, no contexto da luta pela terra – no caso, a Terra Indígena (TI) Nhande Ru Marangatu, território do qual faz parte a aldeia Campestre, onde Marçal teve sua vida interrompida.

No dia 28 de novembro, depois de ouvir as testemunhas e as sustentações orais da acusação e da defesa, o tribunal do Júri popular da 1ª Vara Federal de Presidente Prudente declarou o vigilante João Carlos Gimenez Brites culpado pelo assassinato de Dorvalino⁷.

João Carlos era integrante da Gaspem⁸, empresa de segurança privada acusada de envolvimento em diversas ações violentas contra comunidades Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, entre elas o assassinato de Nísio Gomes, outra importante liderança do povo Guarani Kaiowá. A Justiça Federal determinou o encerramento das atividades da empresa⁹, em 2018, após ação do Ministério Público Federal (MPF).

No entanto, a relação entre Marçal e a inédita condenação

ao assassino de Dorvalino não é apenas simbólica, explica a advogada Michael Nolan, assessora jurídica do Cimi. O julgamento dos assassinos de Dorvalino só foi possível por causa de uma decisão obtida no caso de Marçal.

Além da investigação do assassinato de Marçal ter sido considerada morosa e falha, o processo criminal tramitava na Justiça estadual. A Constituição Federal determina que os temas indígenas são de competência federal.

Em 1993 – dez anos depois do homicídio – o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima, acusado de ser o mandante do crime, e Rômulo Gamarra, acusado de ser o executor de Marçal, foram absolvidos por falta de provas. Lima chegou a ser submetido a um novo júri, cinco anos depois, com o mesmo desfecho.

A luta por justiça para Marçal, contudo, prosseguiu. A partir do segundo julgamento, os advogados Luiz Eduardo Greenhalg e a irmã Michael, assessores jurídicos do Cimi, passaram a atuar como assistentes de acusação no caso, representando Édina de Souza, filha de Marçal.

“O Cimi, como assistente de acusação, foi até o Supremo Tribunal Federal [STF] para reivindicar que fosse reconhecido que a competência era da Justiça Federal”, lembra a advogada. A Corte admitiu o pedido e decidiu favoravelmente no ano de 2001.

O processo chegou a ser retomado pela Justiça Federal, mas Líbero faleceu em 2009, sem chegar a passar por julgamento na instância adequada. Gamarra não foi mais encontrado e, até hoje, é considerado desaparecido¹⁰. Apesar da impunidade de seus assassinos, Marçal deixou mais um importante legado para todos os povos indígenas do Brasil. “Embora o caso do Marçal tenha ficado impune, ele gerou um precedente importante para o julgamento de assassi-

natos de lideranças indígenas em todo o país. Quarenta anos depois, quase no aniversário de morte do Marçal, foram condenados os assassinos de Dorvalino”, explica a advogada.

“Foi o resultado desse julgamento do STF que trouxe os processos que nós temos agora na Justiça Federal. É isso que abre a possibilidade de condenação dos responsáveis por estes crimes. Até o caso do Marçal, essa atribuição não era reconhecida”, prossegue a irmã Michael.

“Isso passa, também, pela compreensão de que o homicídio de lideranças como Marçal não é um caso individual. É um caso coletivo, que se relaciona com a luta da comunidade pelo seu território. O caso do Marçal é típico dessa relação. Por isso, esse precedente foi importantíssimo”, sintetiza.

Mais de duas décadas depois da decisão do STF, o julgamento de Dorvalino também abre um novo e importante precedente. “É a primeira vez que um assassino de liderança indígena morta no contexto de conflito fundiário no Mato Grosso do Sul é condenado por homicídio”, explica Caroline Hilgert, advogada e assessora jurídica do Cimi.

Seguindo a tradição iniciada no caso de Marçal, Caroline atuou, junto à irmã Michael Nolan, como assistente de acusação no caso de Dorvalino.

6 <https://cimi.org.br/2005/12/24260/>

7 <https://cimi.org.br/2023/12/em-julgamento-historico-assassino-de-dorvalino-rocha-lideranca-guarani-e-kaiowa-e-condenado-a-16-anos-de-prisao/>

8 <https://cimi.org.br/2014/03/35786/?swcfc=1>

9 <https://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/milicia-privada-fechamento-compulsorio-e-multa-de-r-240-mil-para-empresa-envolvida-em-morte-de-indigenas>

10 <https://apublica.org/2023/11/ha-40-anos-os-tiros-que-calaram-a-voz-indigena-do-brasil/>

Entre aprendizados e vivências: ALCILENE BEZERRA há 25 anos respirando a pluralidade dos povos indígenas

O Cimi desde o início tem como fundamento essencial na sua atuação a inculturação, viver a vida para o outro, respeitar seu modo de vida, ouvir mais do que falar, compartilhar, fazer junto”, afirma a vice-presidente da entidade missionária, em entrevista exclusiva ao Porantim



Foto: Maíara Dourado/Cimi

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Na melodia ancestral que ecoa através dos séculos, entrelaçando-se com a terra e com os direitos sagrados dos povos indígenas, Alcilene Bezerra, a nova vice-presidente do Cimi, guiada pela voz dos que foram por tanto tempo silenciados, compartilha conosco sua jornada de doação e inspiração à causa indígena e indigenista.

Em entrevista exclusiva ao Porantim, a missionária reflete sobre a relevância do Cimi e os desafios enfrentados na contemporaneidade, e também acerca dos primórdios da luta pelos direitos indígenas. Sua experiência de 25 anos “vivendo a vida na vida do Cimi” torna-se um testemunho vibrante de Inculturação, onde respeitar modos de vida se transformam em práticas essenciais na construção de um caminho compartilhado.

A mensagem de Alcilene ressoa como um chamado à ação coletiva em prol da preservação da pluralidade e da construção de um mundo onde o Bem Viver seja uma realidade para todos os seres vivos. A entrevista que se segue é um convite à reflexão, uma oportunidade de ouvir as palavras que são inspiradas no aprendizado junto aos saberes ancestrais, onde a harmonia dos povos indígenas se torna o alicerce para um futuro mais justo e intercultural.

Porantim: Dada a longa história do Cimi, desde sua criação em 1972, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, como avalia o papel da entidade na defesa dos direitos originários ao longo desses 51 anos?

Alcilene: O Cimi foi fundamental para as lutas vividas pelos povos indígenas no Brasil. Estes, naquele distante ano de 1972, eram considerados em processo de extinção por morte ou integração à “sociedade majoritária”. O Cimi nasceu naquele contexto e seguiu o rumo oposto dessa visão, percebendo que os povos indígenas não só tinham um futuro, como também eram um exemplo de vida para a humanidade, principalmente no cuidado com a natureza e a relação com a terra, como espaço sagrado.

O Cimi, em parceria com lideranças indígenas, apoiou, promoveu, assessorou e articulou os primeiros encontros e assembleias dos povos indígenas, e também o intercâmbio entre comunidades indígenas, onde estas trocavam experiências e organizavam suas lutas e percebiam que não estavam mais sozinhos, os parentes apareceram. Essas articulações foram vitais para a garantia de dezenas de territórios, de acesso as políticas públicas e reconhecimento de povos, antes silenciados. Vale lembrar que com o apoio do Cimi, os povos foram se fortalecendo e buscando autonomia, rumo ao seu protagonismo, mesmo diante de todas as violências e injustiças que ainda enfrentam.

O Cimi desde o início tem como fundamento essencial na sua atuação a inculturação, viver a vida para o outro, respeitar seu modo de vida, ouvir mais do que falar, compartilhar, fazer junto. Assim, podemos respeitar e incentivar o protagonismo dos povos indígenas, são eles que decidem qual a forma e a intensidade da luta e quais caminhos vão tomar para atingir seus objetivos.

A formação de lideranças, jovens, mulheres é outro trunfo da atuação do Cimi nas áreas indígenas, fortalecendo suas mobilizações e organizações. O apoio político e jurídico, somado a denúncia constante das violações cometidas contra as pessoas e territórios indígenas, mais a busca de aliados para a causa e a divulgação dos modos de vidas das comunidades tradicionais, garantiram a demarcação de muitos territórios tradicionais, a sobrevivência, a resistência, a resiliência de comunidades ameaçadas de extinção, o reconhecimento oficial de povos que estavam escondidos e o acesso a políticas públicas.

O apoio na inclusão dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988 também foi fundamental. Nossa entidade é pioneira na questão da educação escolar indígena. Compreendendo que os povos tinham e tem suas próprias pedagogias, assessorou e contribuiu com o movimento de professores indígenas e com a elaboração de políticas de educação escolar indígena específica e diferenciada, no processo de constituição da política de educação escolar indígenas no Brasil. Assim como contribui com debates para o ensino acadêmico, sempre defendendo o direito e o protagonismo dos povos indígenas no planejamento, gestão e execução de suas práticas

político-pedagógicas. E assim como apoiou as demais políticas e defesa de seus territórios, nossa principal bandeira de luta. Sempre respirando a pluralidade, as práticas e os processos próprios dos povos em seus projetos de vida e de futuro.

Porantim: Como esses diálogos têm contribuído para as lutas dos povos indígenas e para a construção de um mundo mais igualitário?

Alcilene: A relação baseada na inculturação, vivenciada na prática juntos aos diversos povos indígenas, possibilitou a troca de saberes interculturais e religiosos, o que nos rendeu a confiança e a amizade dessas comunidades, que, durante séculos, tiveram seus modos de vidas difamados e violentados por entes civis, militares e religiosos.

Nessa troca de saberes com as comunidades, conhecemos seus modos de vidas e necessidades, aprendemos, ensinamos, e, acima de tudo, conseguimos a confiança dos povos com os quais trabalhamos e convivemos. Em contrapartida, mostramos um outro lado da igreja, a Igreja que os apoia, que os respeita e incentiva, uma Igreja revolucionária que tem neles a materialização de um novo mundo mais digno. A Igreja de um Jesus humilde, que vivia a vida na vida do outro, que andava com sem tetos, miseráveis, prostitutas, pescadores, que compartilhava sabedorias. Essa troca de saberes diversos ajudou a intensificar as lutas destas comunidades, ganhamos também o carisma de alguns setores da sociedade e passamos ser os inimigos de outros.

Na caminhada do Cimi, nestes 51 anos, enfrentamos muitos desafios junto aos povos, mas também encontramos muitas alianças corajosas, pastores comprometidos e fiéis a suas missões, a exemplo dos bispos que fizeram e fazem até hoje conosco a caminhada do Cimi.

A divulgação das lutas e modos de vidas das comunidades tradicionais, e a denúncia das violências cometidas contra os povos indígenas, foi importante para angariar aliados e expandir as informações sobre a missão. Cada vez mais pessoas enxergam, nos conhecimentos que carregam estes povos, o caminho para uma vida mais digna para todos os seres vivos. Os povos indígenas muito tem contribuído para a proteção da biodiversidade, para proteger a vida da floresta, na floresta, na caatinga, no cerrado e nos demais biomas.

Porantim: Considerando o contexto atual, quais são os principais desafios que o Cimi enfrenta hoje na busca pela garantia dos direitos indígenas, especialmente em relação às estruturas de dominação, violência e injustiça?

Alcilene: Desde o golpe de 2016, o avanço sobre os territórios e direitos indígenas se intensificou. Políticos de orientação fascista ganharam terreno, fingindo combater a corrupção e o comunismo. Resultando, em 2018, na eleição de um governo ligado ao crime organizado e com orientação ideológica explicitamente fascista, que passou quatro anos incentivando e colaborando com a invasão de territórios indígenas, de áreas da União e de reservas ecológicas; e o assassinato de pessoas indígenas e de seus apoiadores.

Mesmo com a eleição de um governo mais simpático à causa indígena, a composição das duas casas do Congresso Nacional é majoritariamente composta por fascistas, divididos entre neopentecostais, ruralistas e militares, todos dispostos a tudo para anular os direitos e as demarcações. É um retorno ao período antes da CF 88, quando a intenção do Estado era integrar os povos indígenas à sociedade nacional.

Infelizmente, tudo indica que haverá aumento das ameaças e violências contra povos e territórios.

Porantim: O Cimi acredita que os povos indígenas são fontes de inspiração para a revisão dos sentidos, da história e das práticas sociais. Como essa inspiração se traduz nas ações concretas da entidade e na construção de uma sociedade mais justa?

Alcilene: O Cimi, juntamente aos povos indígenas, é o porta voz do Bem Viver e, recentemente, temos aprofundado sobre os Direitos da Natureza, logo, nossas ações têm esses ideais como horizonte. Almejamos um país pluricultural e pluriétnico, onde todos os conhecimentos são valorizados e respeitados, e onde a diversidade é fundamental para uma vida mais digna a todos os seres vivos. Essas ideais permeiam as nossas ações dentro e fora das áreas indígenas, ajudando na construção de um mundo melhor para todos.

Porantim: Poderia compartilhar conosco um pouco sobre sua história no Cimi enquanto missionária? Como sua jornada na missão junto aos povos indígenas moldou sua compreensão com as causas que a entidade representa, quais experiências mais a marcaram e de que maneira essa vivência influenciará sua abordagem enquanto vice-presidente do Cimi?

Alcilene: O Cimi foi a minha maior e melhor escola, tudo que sei sobre as questões sociais e a causa indígena eu devo ao aprendizado adquirido no Cimi. Entrei no Cimi ainda muito jovem e há 25 anos eu vivo a minha vida na vida do Cimi. A convivência com os povos indígenas me ensinou muito o exercício da escuta e a ter um olhar mais generoso quanto às diferenças e as possibilidades de resiliência que temos enquanto ser humano.

Inicialmente, trabalhei com a temática da educação escolar indígena, com povos e professores/as indígenas, iniciando a experiência com a escola em seus territórios. As práticas de educação vivenciadas por eles iam além da escola, eram evidenciadas no dia a dia, na relação com a família, com a comunidade e com a natureza.

A partir da relação com povos indígenas, comecei a perceber a importância da luta pela causa indígena em favor de seus direitos, da garantia da demarcação de suas terras e seus projetos de futuros, com povos com costumes, valores e saberes próprios, que muito contribuem para preservação ambiental. E foi no Cimi que passei a perceber a dimensão dessa causa.

Iniciei minha trajetória no Município de Feijó, no Acre, junto aos povos Ashaninka (Kampa), Madija (Kulina), Huni Kui (Kaxinawá) e os Shanenawa. Em Feijó, comecei em junho de 1998 e fiquei até janeiro de 2008, quando



Luis Ventura, irmã Lúcia Giancesini, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira e Alcilene Bezerra durante mistica na XXV Assembleia Geral do Cimi

mudei para equipe de Cruzeiro do Sul, para atuar com os povos Nawa, Nukini, Apolima Arara, Ashaninka do Amônia, Katukina, Kuntanawa, Puyanawa, Arara e Arara do Bagé. Com o povo Murubo do vale do Javari, em Cruzeiro do Sul, permaneci de janeiro de 2008 a julho de 2013, quando migrei para trabalhar no Regional Nordeste, atuando em sete estados, na área de abrangência do regional desde julho de 2013, até o momento. Aqui, no Regional Nordeste, além das atividades junto aos povos, fui coordenadora regional durante oito anos e, posteriormente, continuei contribuindo no regional, compondo a equipe de coordenação colegiada, além do trabalho de equipe junto aos povos no estado de Pernambuco. Tive a oportunidade de conhecer diversos povos e comunidades, que vivem em diversas realidades.

Durante esses anos, muitas experiências me marcaram, como:

- A luta pela educação escolar indígena, a forma como esses povos utilizam-se da escola como uma ferramenta de luta;
- A mobilização e articulação para a marcha dos 500 anos, que culminou com uma grande mobilização nacional de povos indígenas, que protestaram contra as comemorações oficiais dos 500 anos do chamado “descobrimento” do Brasil, nos anos 2000;
- As lutas constantes enfrentadas nos territórios contra os grandes empreendimentos e as invasões aos seus territórios, a exemplo da reintegração de posse povo Kariri Xocó, na região da Bahia, que acompanhei de perto; e
- A realização do primeiro acampamento terra livre em Brasília, em 2003. Entre outros acontecimentos, que marcam a resistência dos povos indígenas, mesmo diante de um processo contínuo de negação da importância destes para o País.

Foto: Tiago Minto/Cimi



XXV Assembleia Geral do Cimi, em setembro de 2023, quando missionários e apoiadores da causa indígena reuniram-se para reafirmar sua caminhada junto aos povos indígenas

Toda essa experiência, vivência e aprendizado me possibilitou a missão de assumir a vice-presidência do Cimi, como mulher, leiga e consciente de minha responsabilidade enquanto militante e defensora da causa indígena.

Agora, novos aprendizados virão, pois abre-se um leque maior para que eu possa ampliar a minha experiência numa perspectiva Nacional.

Porantim: Qual mensagem gostaria de deixar para a sociedade em geral, sobre a importância da defesa dos direitos indígenas e na construção de um mundo mais pluricultural?

Alcilene: A partir da minha vivência como indigenista, entendo que o Brasil tem uma incrível diversidade de culturas, línguas e tradições, das quais os povos indígenas têm sido guardiões há séculos. É fundamental reconhecer essa rica diversidade e valorizar

a importância dessas comunidades ancestrais, não apenas como parte da nossa história, mas também como pilares essenciais para a preservação do equilíbrio ecológico, como defensores e cuidadores da terra como espaço sagrado, de reprodução física, cultural e ancestral, para a garantia do Bem Viver e na defesa da natureza como sujeita de direitos.

Também entendo que o compromisso com a justiça social, igualdade de oportunidades e respeito à diversidade e direitos humanos perpassa pela defesa dos direitos indígenas e vai além de garantir a integridade física e territorial desses povos, sendo necessário o respeito às suas pluralidades.

A contribuição dos povos indígenas para a garantia dos direitos da natureza, medicina tradicional e preservação de ecossistemas é inestimável. Sem sua visão holística e conexão profunda com a natureza, corremos o risco de perder valiosos conhecimentos e práticas que podem beneficiar toda a humanidade.

Penso que devemos entender que, como membros da sociedade, temos a responsabilidade de nos unir em prol da defesa dos direitos indígenas, incluindo o reconhecimento da importância da defesa de seus territórios, garantindo sua voz e participação nas decisões que afetam suas vidas, promovendo a educação intercultural e valorizando seus direitos à autodeterminação e livre expressão de suas culturas. Devemos também combater o preconceito e estereótipos historicamente arraigados, promovendo uma maior compreensão e empatia entre todas as culturas e povos. Além de reconhecer os povos indígenas como povos originários, sujeitos de direitos e saberes fundamentais a humanidade.

Em novo ataque a direitos indígenas, Congresso Nacional derruba maioria dos vetos de Lula ao PL 2903

Foram mantidos apenas três vetos do presidente Lula; ao todo, foram rejeitados 41 dos 47 itens analisados pelos parlamentares

Por **Marina Oliveira** e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Quinta-feira, 14 de dezembro de 2023: Congresso Nacional derruba a maior parte dos vetos de Lula ao Projeto de Lei 2903/2023, dentre eles o trecho relacionado à tese do marco temporal. Ao todo, foram rejeitados pelos senadores e deputados 41 dos 47 itens analisados em plenário. Ou seja, apenas seis dos itens vetados por Lula no projeto foram mantidos.

Estes itens, definitivamente vetados, relacionam-se a três tópicos do projeto ruralista: a plantação de transgênicos em áreas de conservação ambiental; a permissão de o Estado fazer contato com indígenas em isolamento voluntário; e a possibilidade de o governo retomar uma reserva para cedê-la ao interesse público ou para a Reforma Agrária em razão da alteração dos “traços culturais” das comunidades indígenas.

No dia 20 de outubro deste ano, Lula vetou total ou parcialmente 24 dos 33 artigos do PL 2903/2023⁽¹⁾, derrubando a maioria dos pontos mais graves do projeto. A postura do presidente gerou incômodo aos indígenas e aliados, aos ministérios e, até mesmo, ao Ministério Público Federal (MPF) – que esperavam, com expectativa, o veto integral ao projeto.

Agora, com a queda da maior parte dos vetos no Congresso Nacional, o texto vai à promulgação – provavelmente, a sanção deve ocorrer dentro de 48 horas após a votação. Então, o projeto passa a vigorar como Lei 14.701/2023.

Esse resultado representa um verdadeiro enfrentamento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, em setembro deste ano, declarou o marco temporal como inconstitucional⁽²⁾ e reafirmou os direitos constitucionais dos povos indígenas, consagrados nos artigos 231 e 232 da Constituição.

1 <https://cimi.org.br/2023/10/vetoparcial2903>

2 <https://cimi.org.br/2023/09/vitoria-stf-marco-temporal-inconstitucional/>



Indígena protesta, em Brasília, contra o Projeto de Lei 2903/2023 – a proposição inviabiliza, na prática, a demarcação dos territórios originários

A tese, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras indígenas, diz que os povos originários só teriam direito à demarcação dos territórios que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada. Na prática, a proposição inviabiliza a demarcação das terras indígenas e abre os territórios para atividades predatórias.

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Ato na capital federal

Desde às 9h da manhã, cerca de 300 indígenas, de diferentes regiões do país, estavam concentrados na Esplanada dos Ministérios. Até o começo da tarde, as lideranças ficaram em frente ao Anexo II da Câmara Federal, protestando em defesa da manutenção dos vetos de Lula ao PL 2903/2023.

Logo que os parlamentares decidiram derrubar o veto referente ao trecho do marco temporal, os indígenas seguiram para o STF, onde deram continuidade às manifestações contra a tese e todas as medidas que atingem, diretamente, a vida e territórios dos povos originários. Na ocasião, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ingressou com uma ação de inconstitucionalidade na Suprema Corte.

Possíveis desdobramentos

Desde o início da tramitação do PL 2903 – anteriormente, denominado PL 490 – povos indígenas, instituições como o MPF, organizações da sociedade civil e entidades indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apontavam a absoluta inconstitucionalidade⁽³⁾ desta proposta legislativa.

A aprovação do projeto e, agora, a derrubada dos vetos de Lula é uma reação do Congresso à decisão do STF favorável aos povos indígenas. Agora, a tendência é que a discussão volte ao âmbito do Supremo, com a judicialização da lei sancionada.

3 <https://cimi.org.br/2023/08/notatecnica2903/>

Congresso Nacional ataca povos indígenas e rompe pacto constitucional

Em sessão conjunta da Câmara e do Senado Federal, realizada no dia 14 de dezembro, o Congresso Nacional derrubou a maior parte dos vetos do presidente Lula ao Projeto de Lei (PL) 2903/2023, dentre eles o veto ao marco temporal. Com isso, o Congresso ameaça a vida e a integridade dos povos indígenas, afronta os outros dois Poderes do Estado e rompe o pacto constitucional de 1988, alterando o artigo 231 e deturpando um direito fundamental, como é o direito originário dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam.

O presidente Lula havia vetado, total ou parcialmente, 24 dos 33 artigos do PL 2903. No dia 14, a maior parte destes vetos foi derrubada pelos parlamentares. A nova lei, designada com o número 14.701/2023 manterá, dentre outros aspectos nocivos, o marco temporal para a demarcação das terras indígenas, a flexibilização do usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre os bens existentes em seus territórios e a dispensa do direito à consulta em caso de empreendimentos de infraestrutura. Fica proibida, ainda, a revisão dos limites das terras indígenas que foram homologadas de forma irregular para atender interesses de particulares.

Esse é um dos maiores ataques legislativos contra os direitos indígenas no período pós-Constituinte, e o primeiro desta magnitude a concluir o rito de tramitação e tornar-se lei.

O direito originário dos povos indígenas a seus territórios está consagrado no artigo 231 da Constituição Federal, configurando um direito fundamental inviolável e imprescritível. Ou seja, é assegurada pela Constituição sua natureza de cláusula pétrea, o que significa que este é um direito que não pode ser alterado de forma alguma, através de qualquer iniciativa legislativa ou jurídica, por nenhum poder do Estado.

O marco temporal não existe na Constituição Federal. Isso já foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, que declarou inconstitucional essa tese falaciosa e enganosa.

O Poder Executivo também seguiu esse mesmo entendimento com o veto do presidente Lula. Além de falso e inconstitucional, o marco temporal representa uma declaração de impunidade absoluta a todo o processo de violência e de esbulho dos territórios indígenas. Ele inviabiliza a efetiva retomada da demarcação das terras indígenas e reforça a violência que permanece instalada nos territórios contra os povos originários.

Com o resultado dessa última votação, portanto, o Congresso age isoladamente e ancorado em uma perspectiva

colonial e racista. O Poder Legislativo se coloca fora do pacto constitucional e avança na estratégia de tumultuar e criar instabilidade política no país, confirmando-se como a instância de poder que possibilita, hoje, a continuidade do projeto autoritário que governou o Brasil nos últimos anos.

Com a derrubada dos vetos, a maioria conservadora do Congresso Nacional – incluindo parte importante da base do atual governo – atendeu aos interesses particulares de setores econômicos como o agronegócio ou a mineração, os quais constituem a base real de sustentação financeira e ideológica dessas bancadas parlamentares.

A nova lei abre todos os caminhos para a continuidade de um modelo econômico voltado à exportação de bens primários, e que cresce na medida em que consegue incentivos fiscais, desapropria povos e comunidades tradicionais e envenena as fontes de vida. São estes atores econômicos os que detêm a maior concentração de terra e, também, a maior capacidade de influência política no país.

Esta lei deverá ser declarada inconstitucional no âmbito do Poder Judiciário, e assim o esperamos. Para além dessa medida necessária e urgente, impõe-se um desafio e uma tarefa coletiva e societária que nos compromete a todos e todas, organizações sociais, igrejas, meios de comunicação, instituições públicas, movimentos populares, academia e a sociedade em seu conjunto.

Trata-se de avançar na compreensão e na convicção de que a demarcação dos territórios indígenas tem importância fundamental para garantir os projetos de vida destes povos e confirmar a configuração plural e diversa do país que somos. As demarcações são fundamentais, também, para colocar freio a um modelo de exploração econômica injusto e insustentável, para aprofundar uma verdadeira e radical democracia e, finalmente, para assegurar as condições de vida para todas e todos – os que estamos hoje e os que virão amanhã.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), diante deste momento, manifesta sua confiança e acredita que as instituições de Estado – e, particularmente, o Supremo Tribunal Federal – agirão de forma imediata para a suspensão e a declaração da inconstitucionalidade do que foi firmado pelo Congresso Nacional.

O Cimi continuará atuando com toda a determinação que o momento exige. Reafirmamos nosso compromisso histórico e irrestrito com a defesa dos direitos dos povos indígenas e nossa convicção em que a força política, ética e espiritual dos povos originários continuará marcando o caminho para uma sociedade do Bem Viver.

Foto: Alass Deriva



Nota da CNBB

O cuidado com os povos indígenas é o cuidado com a casa comum

“Toda a criação geme conjuntamente e sofre dores de parto até agora”
 (Rm 8,22)

A recente decisão do Congresso Nacional, de 14 de dezembro de 2023, que derrubou a maior parte dos vetos presidenciais ao Projeto de Lei (PL) 2903/2023, dentre eles o marco temporal, ameaça a vida e a integridade dos povos indígenas, desestabiliza a relação com os demais poderes da República, cria obstáculos à proteção dos territórios originários e viola o direito às terras que eles tradicionalmente ocupam, prerrogativa já confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. O julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365 declarou inconstitucional a tese do marco temporal, vez que não reconhecida pela Constituição Federal.

A Casa Comum é toda a Criação. Nela, os povos indígenas ocupam especial condição, pois, “para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus... Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida” (Papa Francisco, LS 146). Sua Santidade também exorta todos os homens e mulheres de boa vontade a repensar sobre o papel que os povos indígenas podem desempenhar no cuidado da criação de Deus. “Lanço um convite urgente a renovar o diálogo... Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós” (LS 14). São comunidades que confiam e cuidam da terra há gerações, construindo um conhecimento íntimo dos ciclos naturais das plantas, animais e clima.

É com esse espírito, de diálogo e de confiança, que as instituições, os poderes da República e a sociedade devem unir esforços para evitar que mais sofrimento e morte sejam parte da realidade dos povos indígenas brasileiros. Como nação democrática, precisamos assegurar o mínimo dos direitos aos povos indígenas, sendo o primeiro e primordial, a garantia de seus territórios e do bem-viver, na forma da Constituição. Ao cuidar dos povos indígenas estamos a cuidar da Casa Comum, e ao mesmo tempo, de todos nós – a vida da Criação que pertence somente ao Senhor.

Em Guadalupe, no México, Maria se apresentou como uma jovem de traços indígenas. Assim se realizam as palavras do Evangelho com as quais o Senhor Jesus agradece ao Pai por esconder as coisas aos grandes e sábios e as revelar aos pequeninos (cf. Mt 11,25). Que Nossa Senhora de Guadalupe proteja os povos indígenas e a todos nós.

Povo Xetá: separados pela colonização, unidos pelo sonho de voltar ao território

Entre as décadas de 1940 e 1960, colonizadores, mediante apoio do Estado brasileiro e do Paraná, usurparam a terra Xetá; até hoje, os indígenas lutam para reconquistar o território

Por **Marina Oliveira**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Nem mesmo décadas de violações foram capazes de interromper a luta do povo Xetá pela retomada do território ancestral – usurpado durante o avanço colonial no noroeste paranaense. Apesar de, fisicamente, estarem distantes uns dos outros, os indígenas ainda se sentem conectados e, em unanimidade e sem qualquer indício de dúvida, afirmam que a volta para a terra de origem, localizada na Serra dos Dourados (PR), seria a maior realização de suas vidas.

Falantes de uma língua do tronco Tupi-Guarani, os Xetá foram praticamente dizimados – restando, até onde se sabe, apenas oito crianças do povo –, em decorrência do avanço da frente cafeeira sobre o seu território, entre as décadas de 1940 e 1960. Esse caso foi, inclusive, reconhecido como genocídio pelos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

Na ocasião, indígenas do povo foram mortos, transferidos de maneira forçada para outros locais e submetidos a lesões graves à integridade física e mental – incluindo crianças. Tudo isso com a conivência e apoio do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Sem território, os Xetá foram forçados a viver nas terras dos povos Kaingang e Guarani e hoje estão dispersos, morando em locais distantes uns dos outros – nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Apesar de se sentirem acolhidos onde estão atualmente, os indígenas sonham em voltar para a terra originária e reconquistar, até mesmo em honra aos parentes que já encantaram, o espaço que sempre pertenceu a eles.

Do período da colonização, ainda estão vivos cinco indígenas do povo Xetá: Kuein Manhaa'ei Nhaguakã, ã Maria Rosa – Moko na língua Xetá –, Tiguá Maria Rosa Brasil, Tiguá Ana Maria e Moha'ay Rondon Xetá.

Em novembro de 2023, a equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) viajou pelo estado do Paraná para conhecer, de perto, a realidade atual dos sobreviventes e de seus familiares. No entanto, dos cinco, dois não foram contatados pessoalmente: Rondon, por morar em outro estado, e Tiguá Ana Maria, por estar com o quadro de saúde fragilizado.

Não se sabe, ao certo, quantos indígenas Xetá viviam na Serra dos Dourados. No entanto, a estimativa é de 250 pessoas conforme registros documentais e bibliográficos.

Território usurpado

Andando pela PR-182, rodovia que passa ao lado da área original do povo Xetá, nota-se nas margens das pistas uma paisagem exuberante, composta por árvores da região, como a Araucária. Mas, ao final dessa faixa arborizada, o real cenário é desvendado: a mata nativa parecia apenas uma cortina para esconder a vasta plantação de cana-de-açúcar que tomou conta da Terra Indígena (TI) Herarekã Xetá.

A área é localizada nas imediações da Serra dos Dourados (PR), próxima ao rio Ivaí, afluente do rio Paraná,



Sobreviventes Xetá

onde se delimita a fronteira dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Foi no final da década de 1940 que o território passou a ser invadido e esbulhado devido à expansão do café: em 1948, contrariando todos os documentos que comprovavam a presença dos indígenas naquele espaço, o governo paranaense entregou a terra Xetá à empresa de colonização Suemitsu Miyamura & Cia. Ltda.

Três anos depois, em 1951, o governo de Bento Munhoz da Rocha repassou o território para a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO), pertencente ao grupo Bradesco, um dos maiores bancos privados do país. Foi no início das operações da COBRIMCO que as crianças Xetá começaram a ser retiradas de seus pais, sequestradas e levadas em caminhões para longe da terra – incluindo alguns entrevistados desta reportagem.

Já se passaram mais de 70 anos e pessoas ligadas ao Bradesco seguem instaladas no local, sobrepondo atividades predatórias na terra que, originalmente, pertencia ao povo Xetá. Além da cana-de-açúcar para a produção de etanol, há lavouras de café, pasto e criação de gado. A fazenda está em nome da empresa Santa Maria Agropecuária Ltda, dos sócios Rubens Aguiar Alvarez e Lia Maria Aguiar, e da Concialpa Participações e Comércio Ltda, dos dois e de Denise Aguiar Alvarez. Rubens e Denise são netos do fundador do banco Bradesco, Amador Aguiar. Já Lia, é filha adotiva de Amador.

A demarcação da TI Herarekã Xetá se arrasta desde 1999, quando a Funai abriu um processo para tratar da identificação e delimitação do território. Seis anos depois, em 2005, foi elaborado, pelo Grupo Técnico Interdisciplinar – coordenado pela antropóloga Carmen Lúcia da Silva –, o primeiro Relatório Circunstanciado

de Identificação e Delimitação (RCID) da terra Xetá. Na ocasião, foi reconhecida uma área de 12.433 hectares (ha).

No entanto, em 2013, a Funai demandou à antropóloga Carmen Lúcia que adequasse o RCID, o que ocasionou a redução drástica do território: sobraram apenas 2.686 hectares para os Xetá. Agora, a terra dos Xetá aguarda a assinatura da portaria declaratória por parte do Ministério da Justiça (MJ).

Para o advogado do povo Xetá, Marco Alexandre de Souza Serra, a decisão de reduzir o território não pareceu ser antropológica. “Até onde entendo, foi por razões políticas. A antropóloga [Carmen Lúcia da Silva] responsável pelo processo compreendia muito bem a situação do povo Xetá. Mas percebi que os Xetá entenderam e aprovaram a redução, porque, assim, a demarcação se tornaria mais possível. Inclusive, porque não iria mexer com fazendeiros da região, além dos donos da fazenda Santa Maria Agropecuária, que pertence ao grupo Bradesco”.

Ameaça: marco temporal

Esbulhados do território de origem antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o povo Xetá está entre aqueles ameaçados pelo marco temporal. Defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras indígenas, a tese inconstitucional diz que os povos originários só teriam direito à demarcação dos territórios que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, ou que, naquela data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada. Na prática, o marco temporal inviabiliza a demarcação das terras indígenas e abre os territórios para atividades predatórias, ferindo o artigo 231 do texto constitucional.

Foto: Márcia Rosato

Sobreviventes e familiares

Kuein Xetá

Em mais um enfrentamento ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 14 de dezembro de 2023, deputados federais e senadores derrubaram a maioria dos vetos do presidente Lula ao Projeto de Lei 2903/2023 – dentre eles, o trecho relacionado à tese do marco temporal. Ao todo, foram rejeitados pelos parlamentares 41 dos 47 itens analisados em Plenário. Ou seja, apenas seis itens vetados por Lula no projeto foram mantidos.

O Poder Legislativo tomou essa decisão pouco tempo depois de a Suprema Corte declarar a inconstitucionalidade da tese, em setembro deste ano. Agora, indígenas e indigenistas recorrem ao STF para reverter a situação e impedir a validação do marco temporal para a demarcação das terras originárias. Para o advogado e assessor jurídico do Cimi, Rafael Modesto, esse é um contexto definidor para os Xetá.

“O caso Xetá é específico e delicado, mas também se assemelha a muitos outros casos de comunidades que foram desapropriadas e expulsas de seus territórios de ocupação tradicional. Os Xetá não ocupavam as suas terras na data de 5 de outubro de 1988, data que os ruralistas defendem como a data do marco temporal. E, para o povo Xetá, a existência ou não dessa tese vai definir o seu futuro. Se mantém a integridade do texto constitucional sem o marco temporal, o povo vai ter seu território demarcado e vai poder sobreviver e viver de acordo com seus usos e costumes, recuperar as suas tradições. Assim, a justiça será feita. Caso contrário, o povo Xetá não terá direito à demarcação como meio de reparação, inclusive”, explica Rafael Modesto.

Ainda de acordo com a análise do advogado, somente é possível preservar as características socioculturais e religiosas dos povos indígenas caso a Constituição Federal seja respeitada. Caso contrário, ficarão vulneráveis e fragilizados.

“Sem as garantias constitucionais devidas e aprovadas em 1988, os indígenas continuarão dispersos e, portanto, não terão um espaço de sobrevivência física e cultural assim como determina a Constituição. Para os Xetá, quanto povo, é necessário que o marco temporal deixe de existir no ‘mundo jurídico’. Ele nunca existiu, é só uma tese dos ruralistas que, até então, está em disputa. Mas a existência do povo Xetá, e de todos os outros, depende da inconstitucionalidade do marco temporal e a manutenção do texto do artigo 231 da Constituição Federal de 1988”, finaliza.

O Ministério Público Federal (MPF) acompanha o processo de demarcação do território do povo Xetá desde o começo dos anos 2000. Em 2010, o órgão ingressou com uma ação na Justiça Federal pedindo que a Funai finalizasse os trabalhos de identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá.

A sentença chegou a transitar em julgado em março de 2021, após a Justiça conceder o pedido do Ministério Público Federal. No entanto, o processo foi suspenso devido ao julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365, no STF – caso que trata dos direitos originários. Agora, com a finalização do julgamento, o MPF instaurou um procedimento administrativo, em 2023, para que o processo volte a tramitar e seja concluído e também para analisar as violações aos Xetá.

Apesar de o Poder Legislativo tentar barrar a demarcação dos territórios indígenas por meio da tese do marco temporal, o MPF continuará se debruçando sobre o caso Xetá para garantir a devolução da terra aos indígenas. Ao Cimi, o procurador da República Raphael Otávio Bueno Santos explica a importância de analisar o histórico do povo para que a demarcação seja efetivada.

“Vamos nos aprofundar no período em que houve a dizimação dos Xetá, no final da década de 1940 e, principalmente, na década 1950, na Serra dos Dourados. Nesse período, houve, inclusive, rapto de crianças. Então vamos nos aprofundar nesses fatos, nessas violações de direitos humanos. E, diante da comprovação, iremos buscar uma reparação ao povo Xetá para além da questão territorial”, afirma o procurador Raphael Otávio.

Dentro de uma casinha de madeira com alpendre, na Terra Indígena (TI) Marrecas, Kuein – o Xetá mais velho dentre os sobreviventes do período que dizimou o povo – passa os dias de sua vida, desde que teve um derrame cerebral, sendo cuidado por Helena Machado Kaingang – viúva de Tucanambá, conhecido como Tuca Xetá (capturado na árvore pelos brancos, em 1952, e falecido em 2007). Tuca e Kuein eram primos.

Apesar de ter se comunicado pouco com a equipe do Cimi, Kuein reforçou o seu nome em Xetá e expressava todos os seus sentimentos por meio de um olhar e sorriso acolhedores – parecia até mesmo uma forma de manter a resiliência perante o difícil histórico de vida.

Ainda bebê, Kuein perdeu a mãe enquanto era amamentado. No documentário “Xetá”, do diretor Fernando Severo, Kuein conta, brevemente, como foi esse episódio. “A minha mãe morreu quando eu estava mamando no peito. Daí meu pai me tirou da minha mãe e eu disse para o meu pai: ‘a minha mãe está dormindo’. E ele respondeu: ‘não, ela não está dormindo. Já morreu’”.



Kuein e Helena Kaingang

Agora, quem cumpre com o papel maternal na vida de Kuein é Helena Kaingang. “Eu faço tudo pelo Kuein, ele até me chama de mãe. Eu não o deixo sozinho nunca. Tenho minhas irmãs, que moram aqui perto e cuidam dele quando eu preciso dar uma saída. Mas nunca fico muito tempo fora”, conta Helena.

A fala de Helena se confirmou quando a equipe do Cimi estava prestes a se despedir para seguir caminho para outro território. Ao lado de Helena, em frente à porta de casa, Kuein sinalizou: “ela é minha mãe”.

O passado de Kuein, assim como de todo o povo Xetá, não foi fácil. Em depoimento à pesquisadora Carmen Lúcia Silva, na década de 1990, Kuein narrou como ele e seus parentes percebiam a aproximação dos txikândji (brancos), na Serra dos Dourados.

“Quando o avião passava no alto, eu tinha medo. Fazia muito barulho, como aquela espécie de besouro que conhecíamos. A gente se escondia tudo no mato. À noite, deitado nos braços do meu pai, eu perguntava: ‘pai, o que é isso que passa em cima da árvore?’. E ele respondia: ‘isso que você está vendo no alto, fazendo barulho, é gente branca. É coisa de branco, eles andam lá dentro’”.

Já adolescente, com aproximadamente doze anos de idade, Kuein foi sequestrado. No Relatório Figueiredo, há a menção de uma correspondência de Durval Antunes Machado, servidor do SPI, de 25 de maio de 1957. No documento, Durval narra que Antônio Lustosa de Freitas, administrador da fazenda Santa Rosa, comunicou-lhe a “captura” de uma criança Xetá por um caminhoneiro que dizia morar em Bauru (SP). A criança era Kuein. Estima-se que ele tenha sido raptado entre setembro e outubro de 1956.

Levado pelo caminhoneiro, que era conhecido apenas pelo nome de Luiz, Kuein foi empregado em um circo. Segundo o Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, “possivelmente [Kuein foi] apresentado como um ‘selvagem’, como há alguns séculos se exibiam índios aos europeus, ou empregados em trabalhos braçais desvalorizados”.

Não por escolha, Kuein foi migrando para diversos locais do país. Ao longo da vida, ele chegou a morar em São Paulo (SP), Curitiba (PR), Nonoai (RS) e Guarapuava (PR).

Tikuein Xetá, o homem do espelho

A cerca de 400 quilômetros de distância da TI Marrecas, na TI São Jerônimo da Serra, está a família de Tikuein Iratxó – nome que tem como significado “menino peixe”. No local, moram todos os filhos que Tikuein teve com a mineira Maria Conceição Pereira Martins – e há uma filha morando na área urbana de São Jerônimo da Serra (PR).

Tikuein era um dos indígenas Xetá que ainda falavam fluentemente a língua do povo. Para impedir que o dialeto se perdesse com o tempo, ele conversava com a sua própria imagem projetada no espelho. Ele é considerado, até hoje, referência do povo quando o assunto é a luta pela demarcação do território.

Em entrevista ao Cimi, a liderança Júlio Cezar da Silva, filho mais novo de Tikuein, afirma que seu povo seria mais livre e autônomo no território originário, assim como seu pai desejava. “Teríamos mais dignidade. Sonhamos em ter um território para falar que é da gente, para a gente plantar e colher o que temos vontade. Não é que a gente não consiga em outros territórios, mas a gente não tem um território próprio e não temos voz ativa. As nossas crianças teriam mais liberdade também”, explica.

Com poucos dias de vida, Júlio se mudou de Ortigueira (PR), com seus pais e irmãos, para a TI São Jerônimo da Serra. Hoje, casado com uma indígena do povo Guarani e

com seis filhos, ele se desloca do território todos os dias, no turno da noite, para garantir o sustento da família. Além disso, em outros momentos do dia, Júlio dá aulas de língua Xetá para as crianças e adolescentes do povo, incluindo seus filhos – herança deixada pelo seu pai.

“A nossa cultura é muito especial e nós passamos, desde a cultura até a língua materna, para as crianças. Elas têm que manter essa tradição, a gente não pode deixar adormecer. A língua materna é uma identidade a mais para nós”, afirma Júlio Xetá.

Além da língua, Tikuein deixou um vasto legado para seus filhos. “A gente sente muito orgulho de nosso pai. Não tivemos tanta convivência, porque ele passava muito tempo fora para sustentar a família. Mas, o tempo que a gente tinha juntos, ele nos ensinou muito. Para cada um de nós [filhos de Tikuein], ele deixou um ensinamento diferente. Para mim, ensinou sobre as ervas medicinais e artesanato. Para o Claudemir, ensinou a linguagem e a luta para conquistar os nossos direitos. Para cada um, deixou um aprendizado diferente para, então, repassarmos aos mais jovens”.

Quando questionado sobre alguma memória marcante de seu pai, Júlio se emocionou. Para ele, a expulsão dos Xetá do território é a mais impactante. “Ele nos contava que, quando morava no mato, eram mil maravilhas. Pescavam,

caçavam e coletavam mel. Não tinha sofrimento e a natureza oferecia tudo o que precisavam. E, de repente, chega um pessoal [colonizadores, fazendeiros e políticos] e retiram eles de lá, dessa zona de conforto. Até hoje estamos na luta para tentar voltar e ter uma vida digna. Mas não conseguimos”.

Com os olhos já marejados, Júlio também lembrou dos momentos em que Tikuein reunia a família para contar as histórias do passado – geralmente aos finais de semana ou após voltar das viagens que fazia a trabalho – e da última viagem que o pai fez, que foi para a capital federal.

“Além de trabalhar, meu pai lutava para demarcar a terra do nosso povo, tentava dar visibilidade ao povo Xetá. A última viagem que ele fez foi para Brasília, onde não conseguiu retornar com vida. Depois de uma semana de espera, o seu corpo chegou ao território. Mas isso também é o que mais fortalece a gente. A gente viu o corpo do pai chegar de uma luta e sem uma resposta. Isso só fortalece para que a gente siga lutando”.

A liderança, que sempre batalhou pelos Xetá, faleceu no dia 18 de dezembro de 2005, em Brasília. Ele viajava para a capital federal, com frequência, para participar de estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (UnB). Na certidão de óbito, consta que Tikuein faleceu devido a um Acidente Vascular Cerebral (AVC) isquêmico – entre outras complicações.

Ao ser transportado da capital federal para a TI São Jerônimo da Serra, o corpo de Tikuein foi extraviado e acabou parando em Minas Gerais. Por isso, Júlio ainda lamenta o atraso de uma semana de espera para se despedir do pai.

As irmãs de Júlio, todas também filhas de Tikuein com Maria Conceição, compartilharam as mesmas memórias contadas por Júlio: os almoços em família com contação de histórias, os ensinamentos relacionados à língua e ao artesanato, além da luta pela recuperação do território.

Benedita, Rosângela e Zenilda da Silva – três filhas de Tikuein que foram entrevistadas para esta reportagem – também almejam concretizar o sonho do pai de voltar para a terra ancestral dos Xetá.

“O nosso desejo é deixar nossos filhos amparados em um território que é dos pais, e que já foi dos avós. O território é tudo, é onde conseguimos tirar o sustento,



Filhos e netos de Tikuein Iraxó

o alimento, para a família. A criação de nossos filhos no mato é outra coisa”, afirma Benedita.

Assim como Júlio e Benedita, Zenilda expressou o desejo de viver na terra que pertence ao seu povo. “Gostaria de me mudar para um território demarcado. É muito importante para nós, porque não temos um espaço nosso. Convivemos bem com os Kaingang e Guarani, mas precisamos de um lugar para nós, para fazermos o nosso trabalho, para respirarmos”, desabafa.

Júlio – o tempo todo acompanhado de Giuli – fez questão de levar a equipe do Cimi também até Rosângela da Silva Cândido, sua irmã que mora na área urbana do município de São Jerônimo da Serra.

Em uma casinha similar às do território, Rosângela vive com seu marido, Sebastião Xetá – filho de ã Maria Rosa –, filhos e netos. Gentilmente, Rosângela serviu um café, feito na hora, para a equipe do Cimi enquanto conversava sobre o seu contexto atual de vida.

Ela se mudou para a cidade há quatro anos na tentativa de melhorar as condições, mas, ao longo do tempo, surgiram dificuldades – principalmente relacionadas ao aspecto financeiro. “Viemos atrás de melhorias, mas estamos pagando aluguel, conta de água, de energia e até de gás. Às vezes a gente tira da boca [o alimento] para pagar as contas”, lamenta.

Além disso, Rosângela não escondeu a angústia por estar longe da família e, assim como seus irmãos, acredita que a ida para o território originário fortaleceria esse vínculo também com outros parentes do povo Xetá.

“Meu sonho é voltar para a terra do meu pai, que ele morreu lutando. E nós temos que lutar também. Os outros [Xetá] estão velhinhos, então estamos ficando no lugar deles. Nós temos que batalhar por nossas terras e viver lá, realizar o sonho de nossos pais, de estarmos todos juntos. Vamos lutar, viver juntos e em harmonia”, concluiu às lágrimas.

ã Maria Rosa

Diferente dos filhos e netos de Tikuein, Arikã Xetá, filho de ã Maria Rosa – Moko –, não teve a mesma oportunidade de conhecer a língua de seu povo. Atualmente, Arikã e sua mãe moram na TI Rio da Areia, também no estado do Paraná – mais de 300 quilômetros de distância da TI São Jerônimo da Serra e cerca de 100 quilômetros da TI Marrecas. Além deles, moram no território os quatro filhos de Arikã, Madalena, sua esposa e indígena do povo Kaingang, e Carlos Guarani, marido de ã Maria Rosa.

Para acessar o território, é preciso entrar no município de Inácio Martins (PR) e depois trafegar, por cerca de 50 quilômetros, em uma estrada de terra. Quase chegando ao território, é possível ver as moradias de um ponto alto, cercadas por morros e árvores nativas da região – uma paisagem de tirar o fôlego. No local, assim como na TI São Jerônimo da Serra, vivem indígenas Kaingang, Guarani e Xetá.

Arikã faz coro com os filhos de Tikuein quando a questão é ter um território demarcado. “Nós nos sentimos bem aqui, todo mundo se ajuda e se respeita. Mas sempre tivemos o sonho de ter um território nosso. Esse era também o sonho daqueles Xetá que já faleceram”, diz Arikã.

Hoje a principal fonte de renda da família de Arikã é a erva-mate, cultivada pela maioria dos indígenas do território Rio da Areia.

Tímida em frente à câmera, sua mãe, ã Maria Rosa, preferiu não se abrir. Mas, por trás dos bastidores, ã contou sobre a saudade que sente da sua única filha mulher, a Kátia – que hoje mora em Mangueirinha,



Arikã Xetá com sua esposa, Madalena Kaingang, e filha



ã Maria Rosa e seu marido, Carlos Guarani

município do Paraná. Por diversas vezes, ã Maria Rosa externalizou a sua vontade de cuidar da filha e de ser cuidada também, desejo que parece denunciar a falta de zelo que teve no passado.

ã Maria Rosa foi retirada de seus pais ainda quando criança, com, aproximadamente, seis anos de idade, e levada para Curitiba por José Dival de Souza – indigenista e chefe da 7ª Inspetoria Regional do SPI (7ª IR/SPI). De acordo com um depoimento que ela cedeu à antropóloga Carmen Lúcia da Silva, publicado no Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, dá a entender que sua mãe faleceu em decorrência de envenenamento.

“Minha mãe morreu depois do meu pai. Os brancos, acho que os engenheiros, abriam picada, com machado, picareta, e moravam numa fazenda lá perto. Eles construíam estradas próximo ao local onde ficavam nossos ranchos. Foi quando deixaram carne de charque nos nossos ranchos para nós comer. Nossa gente nunca tinha comido isso. Todos comeram aquilo com farinha que eles deixaram. O grupo inteiro morreu com dor de barriga. Apenas algumas crianças iguais a eu [sic] não comeram, foi assim que nos salvamos. Foi assim que minha mãe morreu, e aquela nossa gente que parava ali”, diz ã em depoimento à antropóloga.

Levada para a capital paranaense, ã Maria Rosa passou a viver com seus irmãos Kaiuá e Tuca na pensão de Dival de Souza. Posteriormente, ela foi encaminhada para o município de Tamarana (PR), onde passou a ser criada pelo chefe do Posto Indígena (PI) Apucarantina, Alan Cardec, e sua esposa, Maria Nair Pedrosa.



Foto: Marina Oliveira/Cimi



Tiguá Maria Rosa Brasil com sua filha Indianara

Foto: Marina Oliveira/Cimi



Bosque dos Xetá

Tiguá Maria Rosa Brasil

Tiguá Maria Rosa Brasil foi outra criança que não teve a oportunidade de crescer com sua própria família. Por volta dos sete anos, a pequena Tiguá foi levada para a Fazenda Santa Rosa, de Antônio Lustosa de Freitas e Carolina Lustosa de Freitas – o fato ocorreu na década de 1950.

Por ter convivido pouco com os Xetá, Tiguá não teve oportunidade de aprender a cultura de seu povo. O pouco que restou consigo foi a língua. Em entrevista ao Cimi, realizada em sua casa, ela contou que entende a língua Xetá, porém tem dificuldade para fazer a tradução das palavras para o português.

Hoje Maria Rosa Tiguá leva uma vida simples, porém se sente feliz ao lado da família. Além das tarefas domésticas, ela ajuda o genro com as plantações que cultivam em uma chácara e, nas horas livres, se dedica também ao crochê. Ela já trabalhou também no Bosque dos Xetá, em Umuarama (PR). De uma caixa que pegou do quarto, Tiguá tirou um punhado de fotos para mostrar à equipe do Cimi. Dentre elas, haviam registros originais e também cópias de fotos que estão, atualmente, no acervo do Museu Paranaense (MUPA). Na ocasião, Tiguá chorou ao lembrar do momento em que chegou à fazenda de Antônio e Carolina.

“Eu era muito pequena, os índios caminhavam muito rápido e acabavam me deixando para trás. Teve um dia que eles chegaram na fazenda Santa Rosa para ficar próximos ao fogo no rancho, e eu fiquei para trás. Mas meu padrinho

[assim chamado Antônio Lustosa de Freitas] pediu para irem atrás de mim. Eu lembro de ir chorando, no escuro, até chegar na fazenda. Eu sofri muito, não tinha pai nem mãe. As pessoas não cuidavam bem de mim. Era para eu ser uma pessoa revoltada, mas não tenho culpa do meu sofrimento”, relatou Maria Rosa Tiguá. Foi nesse episódio que ela ficou pela fazenda e não retornou mais para a aldeia de seu povo.

Questionada se voltaria para o território dos Xetá, de imediato respondeu: “iria com todo o prazer”. “Estou cansada de viver assim, com o povo todo espalhado, um em cada canto. Se a gente estivesse junto, seria outra coisa. Não precisa ser ‘aquela fazendona toda’ [referindo-se à fazenda Santa Rosa], mas um lugar que a gente possa plantar, colher e viver unidos”.

Ela reforçou, ainda, que os indígenas só querem paz e aproveitou para mandar um recado para as pessoas que vivem e trabalham na região. “Não vamos mexer com fazendeiros, chacareiros nem com o Bradesco. Ninguém vai tomar nada de ninguém. Queremos apenas retornar para a nossa terra”.

Família Freitas

O casal Antônio Lustosa de Freitas – sobrinho do deputado estadual e proprietário da fazenda Santa Rosa, Antônio Lustosa de Oliveira – e Carolina Lustosa de Freitas foi quem, de modo determinante, intermediou o contato com o povo Xetá.

No Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, é possível encontrar um depoimento de Carolina

cedido ao documentário “O extermínio dos Xetá e da floresta”, produzido e dirigido por Ana Lúcia Ribas, em 2004. Pelo que consta no documento, ela e o marido se assustaram ao ver os indígenas se aproximarem da fazenda, mas quiseram ajudar.

“Vamos agradecer eles [e eles ‘ponhavam’ a mão assim, faziam assim, apalpando a barriga em gesto de que queriam comer]. Eles estão com fome! O que tem aí eu vou dar. Eu tinha feito aqueles bolinhos, aqueles bolinhos de chuva. Peguei a bacia de bolinho e entreguei para eles [...]. Meu marido pegou um e comeu para eles verem. Aí eles comeram. Aí sentaram tudo em volta daquela bacia enquanto não comeram tudo, não sossegaram. Aí ficaram. Tudo para eles era novidade”.

Recepcionados pelo casal, os Xetá passaram a visitar, com frequência, o lugar. Ainda de acordo com Carolina, na primeira aproximação, no ano de 1954, foram seis homens – dentre eles, quatro adultos e duas crianças. Dias depois, esse mesmo grupo dos Xetá voltou acompanhado de mulheres e crianças de colo.

“É preciso ter claro que a aproximação à fazenda Santa Rosa, em 1954, é o evento que consolida e torna definitivo o contato dos Xetá com os brancos. De toda maneira, tal aproximação deve ser entendida como medida extrema, pois se dá em um contexto em que estavam acuados e já tinham tido pelo menos duas crianças subtraídas pelos invasores brancos”, frisa um trecho do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

Encontros

Em agosto de 2023, foi realizado um encontro para discutir o violento histórico enfrentado pelo povo Xetá e a necessária reparação. O evento ocorreu na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, e contou com a participação de lideranças do povo Xetá que vivem, atualmente, na TI São Jerônimo da Serra.

Na ocasião, foi abordada a cronologia sobre o processo de violência e quase dizimação dos Xetá e a luta pela sobrevivência. Além disso, foram atualizadas as informações referentes aos processos administrativo e judicial que envolvem a demarcação da TI Herarekã Xetá.

Os indígenas aproveitaram a oportunidade para fazer algumas deliberações, entre elas: fortalecer a articulação dos Xetá, hoje dispersos em diferentes territórios dos estados do Paraná e de Santa Catarina; promover a articulação dos Xetá com outras organizações indígenas e indigenistas; visibilizar a luta do povo Xetá por meio da produção de materiais jornalísticos; e reivindicar providências aos órgãos responsáveis pela garantia dos direitos originários, como a Funai, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Além desse evento, os Xetá promoveram outros encontros ao longo dos anos: em 1994, com o apoio das professoras Kimiye Tommasino e Marcolina T. Carvalho, na TI São Jerônimo da Serra (PR); em 1997, organizado pelo Instituto



Lideranças Xeta com a ministra Sonia Guajajara

Socioambiental (ISA), em Curitiba (PR) – ocasião em que os indígenas se reuniram e conheceram familiares; em 2007, organizado pelo Cimi, em Guarapuava (PR) – nesta oportunidade, seis sobreviventes do massacre Xetá estiveram presentes; e em 2019, organizado por pesquisadores e indigenistas, novamente na TI São Jerônimo da Serra.

Recentemente, em novembro deste ano, os indígenas Xetá participaram do I Seminário Internacional Mundo

Guarani, em Foz do Iguaçu (PR). Na ocasião, eles aproveitaram para entregar um documento à ministra do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Sônia Guajajara. Em carta, os Xetá narram o histórico vivido pelo povo e pedem apoio para prosseguir e concluir o processo de demarcação da TI Herarekã Xetá.

No mês seguinte, em dezembro, algumas lideranças Xetá também estiveram presentes na 1ª Conferência Estadual dos Povos Indígenas, em Foz do Iguaçu. Na oportunidade, foi construída uma moção de apoio à demarcação do território do povo Xetá.

“A memória das pessoas Xetá e os documentos históricos demonstram que o referido povo foi exterminado, restando apenas oito crianças seqüestradas e adotadas por pessoas de diferentes lugares que, ao cresceram, se casaram e hoje possuem mais de 200 filhos, netos e bisnetos que se auto-declaram Xetá. Essas oito pessoas e seus descendentes (cinco permanecem vivas) nunca tiveram a possibilidade de viver num mesmo espaço, ou seja, são mais de 70 anos de isolamento e separação, uma brutal violência que, ao não permitir o reencontro, segue violentando”, diz um trecho do documento.

“Clamamos ao governo estadual que, num gesto de reparação histórica envie todos os esforços administrativos, jurídicos, políticos e financeiros para devolver essa terra ao povo Xetá e que peça desculpas pelo crime cometido”, concluem os indígenas, em moção.

Migrações indígenas para as cidades: características e consequências

Por **Roberto Antonio Liebgott**, do Cimi Sul equipe Porto Alegre

Vive-se ainda no Brasil tempos difíceis. Há forte tendência de desqualificação das pessoas mais pobres – negros, indígenas, quilombolas, comunidades das periferias – e dos seus direitos políticos, individuais, coletivos e culturais.

Nos diz Hannah Arendt, a filósofa política, que o totalitarismo reduz as pessoas a uma condição de supérfluas, que podem ser eliminadas. Nos últimos anos os contextos políticos e administrativos evidenciam haver a edição cotidiana de normas que podem provocar a eliminação das pessoas, pois confrontam os direitos humanos e impõem regimes de convivência social, religiosa e dos costumes com predicados fundamentalistas e conservadores. Soma-se a tudo isso a inoperância dos poderes públicos e a ingerência de poderosos grupos econômicos nas medidas que visam o combate à violência, as invasões e aplicabilidade das normas constitucionais.

Os povos indígenas estão entre aqueles que são dramaticamente afetados pela precariedade assistencial, pelas péssimas condições de saúde, educação, habitação e segurança.

Os indígenas que vivem nas cidades, ou muito próximos dos contextos urbanos, estão diretamente implicados com essa realidade. Eles enfrentam graves adversidades e violações a seus direitos fundamentais, evidenciando haver uma dupla discriminação: uma, oriunda da União, que não lhes assiste porque são “desaldeados” e outra, dos estados e municípios, porque os gestores alegam ser responsabilidade do Governo Federal, e não deles, as ações e serviços a

serem destinadas a essas populações.

Portanto, dentre aqueles afetados pela desassistência, os indígenas que migram - por razões diversas e que vamos abordar na sequência - são os que mais sofrem, tendo em vista que acabaram se instalando em lugares degradados, improvisados, insalubres, sem infraestrutura, sem habitação adequada e onde a sociedade envolvente os repele e agride.

As migrações dos indígenas não são fatos contemporâneos, portanto não é uma novidade e nem deve haver estranhamentos a essas dinâmicas. Sobre essa dinâmica existem variadas fontes de informações, dentre as quais pode-se mencionar livros de história, pesquisas acadêmicas, relatos de missionárias e missionários. Desde a expulsão dos Jesuítas e de outras congregações religiosas - no ano de 1759, articulada pelo marquês de Pombal, ministro de Dom José I, rei de Portugal - os indígenas que viviam nas missões migraram para as vilas. Lá, se tornaram excluídos e marginalizados, pois perderam suas terras, foram obrigados a adequar suas práticas culturais e suas referências de mundo, deixando inclusive de falar suas línguas maternas. Neste convívio, constante e intenso, as relações interétnicas tornaram-se corriqueiras, ocasionando as mudanças de hábitos, de costumes e as línguas originárias acabaram substituídas pelo português e pelo espanhol.

Atualmente, em todo Brasil, há mais de 120 povos que passaram a se autodeclarar indígenas e se qualificam como resistentes. Estes, historicamente desassistidos pelo governo, passaram a receber mais atenção depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou aos povos originários direitos de manutenção de seus estilos de vida, de suas línguas, crenças, tradições,

projetos de futuro. O reconhecimento das diferenças indígenas, no texto constitucional, propiciou significativos avanços nas lutas pelo auto reconhecimento dos povos, tornando-os sujeitos de direitos, requerendo que seus espaços territoriais fossem demarcados no sentido de que lhes assegurassem políticas assistenciais diferenciadas. Eles, aos poucos, foram constituindo suas organizações e inserindo-se nos movimentos de lutas em diferentes âmbitos, alguns com abrangência nacional.

O caminho de volta ao território originário, em determinadas realidades ou circunstâncias, não era mais possível. Milhares de indígenas, pressionados por uma série de fatores - tais como a expulsão e devastação dos territórios originários, a estruturação e edificações de cidades e pela concessão e entrega das terras a “proprietários” privados – acabaram migrando para grandes centros urbanos, em busca de atendimento à saúde, acesso à educação escolar e à formação universitária ou simplesmente para trabalhar, comercializar seus produtos e, com isso, obter alguma fonte de renda.

Esse movimento, que leva os indígenas a percorrer caminhos na direção das cidades, também fez parte de um contexto sociopolítico, econômico e cultural vinculado a uma perspectiva de “estado urbanizado”, fenômeno muito notado a partir da metade da década de 1950, quando passa a ocorrer o que foi sendo denominado de período do êxodo rural no Brasil e que perdurou até final da década de 1980. Nestes longos anos as políticas públicas buscavam atrair as populações rurais para as cidades. E os indígenas, assim como milhões de outros brasileiros, dirigiram-se para as capitais, ou grandes centros urbanos, especialmente

nos estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Algumas capitais como Manaus, Campo Grande, Cuiabá, Belém e Porto Alegre, receberam grandes contingentes de indígenas. Milhares de famílias se concentraram às margens das cidades ou em áreas de periferia. Alguns grupos de famílias mantiveram uma perspectiva comunitária, e, nesse sentido, se agruparam e constituíram verdadeiras aldeias nos bairros das cidades, nas quais se concretizam algumas formas de solidariedade, de cooperação e se realizam parte de seus rituais, ainda que em circunstâncias bastante específicas. Esse fato se verificou mais fortemente em Manaus, com populações oriundas do Alto Rio Negro (do Povo Tukano, Baré, Dessano), do Médio Rio Solimões (Povo Kambeba, Miranha, Tikuna) e do Rio Amazonas, especialmente famílias Povo Sateré Mawé. Já em Mato Grosso do Sul, a concentração populacional ocorreu na



Foto: Marcella Hadda/Cártilas/2019

Mural de indígenas na comunidade Parque das Tribos, em Manaus

região da Grande Dourados, predominantemente com famílias Kaiowá Guarani, Avá Guarani e Terena (dentro da reserva de Dourados, criada pelo SPI) e, em Campo Grande, onde os núcleos populacionais são formados basicamente por integrantes do Povo Terena.

No Rio Grande do Sul, houve grande migração de famílias Kaingang para Porto Alegre e outras cidades mais populosas, onde constituíram aldeias, agregando famílias vinculadas a clãs que anteriormente conviviam dentro das terras, das quais foram expulsos pelos colonizadores, ou migraram pela necessidade de abandonarem as reservas criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Nestes ambientes, eles não conseguiram permanecer e conviver em função de uma rígida ação estatal militarizada, que exercia severo controle sobre seus corpos, os submetiam ao trabalho forçado, ao arrendamento de terras, à exploração madeireira e a um tipo de chefia interna que os discriminava e os criminalizava quando eram mantidas suas práticas culturais tradicionais.

Também no Rio Grande do Sul há uma grande concentração de aldeias dos Mbya Guarani na região metropolitana de Porto Alegre e litoral norte. No seu constante caminhar, essas comunidades sofreram violências sistemáticas contra suas vidas, contra seus modos de ser e acabaram perdendo os territórios tradicionais em função da expansão das áreas privadas, pela especulação imobiliária, constituição de fazendas, lavouras e cidades.

São Paulo foi o destino de muitas etnias do Nordeste, que chegavam com os demais migrantes. Foi o caso dos Pankararú, que desde a metade da década de 1950, deixavam a aldeia Brejo dos Padres (PE), e também de pessoas de etnias como Pankararé (BA), Fulni-ô (PE), Potiguara (RN), Kaimbé (BA), Wassu-Cocal (AL), Xukuru (PE) e Atikun (PE), todas do Nordeste brasileiro. Para a capital paulista vieram também alguns Terena, oriundos do estado do Mato Grosso do Sul, e Guarani Nhandeva, procedentes do interior do estado de São Paulo.

No Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, foram identificados os indígenas que vivem no meio urbano, ou seja, deslocados das terras indígenas originárias. Num universo de 896.917 pessoas, o levantamento apontou que 379.534 (42,32%) vivem em contexto urbano, o que representa um terço da população originária do Brasil. Foi concluído o Censo de 2022 e nele já se aponta um grande aumento populacional indígena. Segundo informações já divulgadas nas mídias, foram registrados mais de um milhão e seiscentos mil indígenas no Brasil. Certamente esses dados trarão informações preciosas acerca das comunidades e famílias indígenas que vivem nos contextos urbanos.



Indígenas do povo Wanano, do Amazonas, cobram por vacina para parentes em contexto urbano durante a pandemia

Em entrevista ao Jornal Porantim, em 2007⁽¹⁾, a antropóloga Lucia Helena Rangel, da PUC-SP, destaca que as populações indígenas, atualmente, não são mais necessariamente vinculadas à aldeia e ao mundo rural: “Não importa onde eles vivam. São indígenas de qualquer maneira, falando ou não a língua, tendo ou não religião [tradicional], porque os laços de parentesco é que, de fato, conferem a eles vínculos de pertencimento. Eles sabem contar as histórias de seus grupos, [e com eles] têm vínculos”.

Viver nos grandes centros urbanos não significa renunciar ao fato de ser indígena. Mas lhes apresenta muitas dificuldades, especialmente pela falta dos requisitos - da maioria das pessoas - a chamada qualificação profissional, restringindo-as a busca por serviços simples. Os homens empregam-se na construção civil, na limpeza ou como vigilantes e as mulheres como empregadas domésticas ou em pequenos serviços, ou sobrevivem da venda de artesanato e de apresentações culturais.

Importante enfatizar que mesmo em contextos absolutamente adversos, em geral, as famílias e comunidades

mantém seus costumes, rituais, línguas e alimentação tradicional. Lúcia Helena Rangel, em entrevista à Agência Brasil, no dia 19 de abril de 2017⁽²⁾, ressaltou que é comum os indígenas, mesmo em áreas urbanas, viverem em comunidade. “Conforme vai passando o tempo, vem um, vem outro e mais outros, as famílias acabam se juntando em determinado bairro, ou em uma periferia que ninguém morava, e os indígenas foram morar. Você vai ver que nas grandes cidades como Manaus, Campo Grande, Porto Alegre, têm bairros eminentemente indígenas, ou segmentos de bairros”.

Percebe-se que no cotidiano da vida, a cosmovisão de cada Povo está presente no trabalho, nas decisões e na busca pela solução dos conflitos. Os governantes, portanto, não podem fechar os olhos para as demandas das populações indígenas nas cidades ou no seu entorno. Não se pode negar sua existência e suas demandas. Nesse sentido, torna-se ainda mais urgente, e fundamental, a articulação dos indígenas com os movimentos sociais, tendo em vista a garantia dos direitos e apoio às suas lutas.

1 <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Hemerolndio&pesq=porantim&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=1417>

2 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-pobreza-e-preconceito-marcam-condicao-de-vida>

Assine o
PORANTIM

 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:


CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

 (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Trajetória e legado: Homenagem à professora Rosinha, defensora da Educação Escolar Indígena

Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena homenageia Helena Dias da Silva por sua atuação e compromisso em prol do direito a educação escolar indígena

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No dia 13 de dezembro de 2023, a professora Rosa Helena Dias da Silva, conhecida como Rosinha, foi homenageada pelo Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). Pedagoga e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Rosinha atuou pelo Cimi nas décadas de 1980 e 1990.

Trabalhando a partir do secretariado nacional e, depois, do regional Norte 1, em Manaus (AM), ela se dedicou com especial afinco à luta por uma educação indígena libertadora, construída pelos próprios povos, com respeito aos seus modos de vida, sua organização social e seus projetos de futuro.

Entre 1998 e 2017, Rosinha foi professora associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde coordenou o Curso de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação. Ela também acompanhou e assessorou o Movimento de Professores Indígenas na Amazônia, junto ao qual atua há mais de trinta anos.

“Quando me mudei para Manaus, tive a alegria e o prazer de entrar em contato com inúmeros professores e professoras indígenas que lutavam por uma educação escolar própria. Lutavam e continuam lutando para fazer da escola um projeto étnico-político, uma escola outra, como espaço e possibilidade de diálogo entre as diversas ciências, de afirmação das identidades e busca por autonomia”, afirma ela.

Rosinha foi uma das 36 pessoas homenageadas durante o VII FNEEI, entre professores, professoras, lideranças e apoiadores que dedicaram e dedicam suas vidas à luta em defesa da educação escolar indígena.

“Nós guerreamos, nós brigamos, mas nós também somos muito gratos”, explicou Gersem Baniwa, da coordenação do FNEEI. “A gratidão é uma forma de retribuição concreta, objetiva”.

A sétima edição do Fórum ocorreu em Brasília (DF) entre os dias 13 e 15 de dezembro, com o tema “Ensino médio, universidade indígena e políticas afirmativas”.



Foto: Tiago Miotto/Cimi

O que é o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena

O Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) representa um espaço de diálogo e colaboração entre profissionais e líderes engajados na área da educação escolar indígena e o Estado brasileiro. Essa iniciativa surge como uma demanda fundamentada nos princípios democráticos da educação pública e na promoção do respeito à diversidade, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE).

Trata-se de uma atividade contínua que envolve educadores indígenas e indigenistas. Os debates realizados têm como objetivo aprofundar a reflexão sobre o processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação voltada aos povos indígenas. Essa abordagem visa garantir que a educação oferecida às comunidades indígenas seja culturalmente relevante, respeitando suas tradições e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Confira o agradecimento de Rosinha

Sou Rosa Helena Dias da Silva, pedagoga, professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Atuo junto ao movimento de professores/as indígenas na região norte há mais de 30 anos e minha tese de doutorado foi: “A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir de seus Encontros Anuais”.

Em 1989, quando me mudei com a família para Manaus, para fazer parte da equipe do CIMI-regional Norte 1, tive a alegria e o prazer de entrar em contato com inúmeros professores e professoras indígenas que lutavam por uma educação escolar própria. Lutavam (e continuam lutando) para fazer da escola um projeto étnico-político, uma escola Outra, como espaço e possibilidade de diálogos entre as diversas ciências, de afirmação das identidades, de busca de autonomia. E neste “sonho que se sonhou junto” e se tornou uma “realidade sempre em construção”...muito tenho aprendido, em especial sobre o valor que a escola pode ter na vida das comunidades, na nossa vida!

Posteriormente, em 1998, iniciei minha carreira docente, na UFAM.

E nesta trajetória acadêmica, pensei ser importante destacar aqui dois momentos em que meu “ser

amazônida” e minha militância política nos movimentos sociais que lutam por uma “sociedade Outra” - me impulsionaram a, junto com outras(os) colegas, colocar minha energia, minhas utopias e meu vigor acadêmico em ações concretas.

Refiro-me aqui à:

1) reformulação do Programa de Pós Graduação em Educação, que passou a assumir como seu eixo temático “Educação, Culturas e Desafios Amazônicos” e

2) construção do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas em um protagonismo compartilhado entre a Universidade e os Povos Indígenas.

Desde 2008, a Universidade Federal do Amazonas, através da Faculdade de Educação, oferta o Curso de Licenciatura “Formação de Professores Indígenas”, sendo que até este ano (2023) já se formaram 8 (oito) turmas, compostas por diversos povos.

Coordenei, juntamente com um grupo de professoras e professores, articulados pelo Grupo de Pesquisa “Formação de Professores no contexto amazônico”, a elaboração da proposta, sua implantação e a avaliação para reconhecimento, pelo MEC (o curso teve seu reconhecimento aprovado pelo MEC em 2014).

No início de 2017 me aposentei. Mas não me aposentei das lutas, em especial, esta que nos une aqui: a da educação escolar indígena.



Fotos: Tiago Miotto/Cimi